



Simulado Final

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

BLOCO 1

Infraestrutura, Exatas e
Engenharia - Pós-Edital

Simulado

Simulado Final CNU-BT1 (Infraestrutura, Exatas e Engenharia)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Bloco 1 - Infraestrutura, Exatas e Engenharia do CNU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/mF6TexFruhMohAdS9>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 15 - A B C D E | 29 - A B C D E | 43 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 16 - A B C D E | 30 - A B C D E | 44 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 17 - A B C D E | 31 - A B C D E | 45 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 18 - A B C D E | 32 - A B C D E | 46 - A B C D E | 60 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 19 - A B C D E | 33 - A B C D E | 47 - A B C D E | 61 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 20 - A B C D E | 34 - A B C D E | 48 - A B C D E | 62 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 21 - A B C D E | 35 - A B C D E | 49 - A B C D E | 63 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 22 - A B C D E | 36 - A B C D E | 50 - A B C D E | 64 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 23 - A B C D E | 37 - A B C D E | 51 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 24 - A B C D E | 38 - A B C D E | 52 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 25 - A B C D E | 39 - A B C D E | 53 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 26 - A B C D E | 40 - A B C D E | 54 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 27 - A B C D E | 41 - A B C D E | 55 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 28 - A B C D E | 42 - A B C D E | 56 - A B C D E | 70 - A B C D E |

CONHECIMENTOS GERAIS**POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

01. Na fase de implementação do ciclo de políticas públicas, um dos principais objetivos é garantir que a política seja aplicada conforme planejado, alcançando os resultados desejados. Qual das seguintes ações é essencial durante a fase de implementação para assegurar a eficácia da política pública?

- a) Revisão e ajuste das metas políticas baseadas em feedback político e social.
- b) Definição clara e articulada das políticas durante a fase de formulação.
- c) Coordenação entre os diversos níveis governamentais e agências envolvidas.
- d) Coleta e análise de dados para avaliação preliminar da política.
- e) Promoção de debates públicos para aumentar a conscientização sobre a política.

02. Theodore Lowi propôs uma tipologia para classificar as políticas públicas com base em seus efeitos sobre a sociedade e a natureza da intervenção governamental. Segundo Lowi, qual dos seguintes tipos de políticas é caracterizado pela distribuição de benefícios tangíveis a grupos específicos, com baixo nível de conflito, frequentemente levando a um alto grau de participação desses grupos no processo político, devido ao impacto direto percebido sobre seus interesses?

- a) Políticas regulatórias
- b) Políticas distributivas
- c) Políticas redistributivas
- d) Políticas constitutivas
- e) Políticas de comando e controle.

03. Políticas públicas são essenciais para a organização e funcionamento da sociedade, pois orientam a ação governamental e afetam a vida de todos os cidadãos. Qual das seguintes definições melhor encapsula o conceito de políticas públicas?

- a) Decisões e ações tomadas por governos locais que afetam apenas pequenas comunidades e não têm impacto em nível nacional.
- b) Estratégias e medidas adotadas exclusivamente por organismos internacionais para lidar com crises globais, sem intervenção dos governos nacionais.
- c) Conjunto de ações governamentais que visam resolver problemas específicos identificados pela administração pública, envolvendo desde a formulação até a avaliação de resultados.
- d) Processos administrativos rotineiros que ocorrem dentro de departamentos governamentais sem qualquer orientação estratégica ou objetivo claro.
- e) Atividades executadas por entidades privadas sob contrato com o governo, que não envolvem planejamento ou avaliação pelo setor público.

DESAFIOS DO ESTADO
DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

Nelma Fontana

04. A respeito da democracia brasileira, aponte a alternativa INCORRETA.

- a) A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, instituiu um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos, entre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- b) O Brasil adota como regime político a democracia indireta, segundo a qual, embora a titularidade do poder seja do povo, seu exercício só se dá por meio de representantes eleitos.
- c) Plebiscito e referendo são formas de consultas diretas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.
- d) A Constituição Federal permite que sejam realizadas concomitantemente às eleições municipais consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais, desde que sejam encaminhadas à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.
- e) A Constituição Federal brasileira de 1988 foi a primeira a instituir um Estado Democrático de Direito.

05. Sobre a divisão e coordenação de Poderes da República, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Presidente da República, na qualidade de Chefe de Governo, decretar o estado de calamidade pública nacional.
- b) O Poder Executivo tem por função atípica a prática de atos de chefia de Estado, chefia de governo e atos de administração.
- c) Compete ao Poder Judiciário assegurar amparo, proteção ou tutela dos direitos dispostos nas leis e na Constituição, de forma que não pode exercer função legislativa, nem mesmo de forma atípica.
- d) Cabe ao Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional, nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- e) Não há no Estado brasileiro uma rigorosa separação de Poderes, pois o que se divide são as funções típicas do Estado (administrar, legislar e julgar) e essa divisão não é exclusiva, uma vez que um Poder pode exercer a função típica de outro nos casos autorizados pela Constituição Federal.

DESAFIOS DO ESTADO**DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Géssica Ehle*

06. O setor de Recursos Humanos de uma empresa, ao fazer um treinamento com seus servidores procurou trazer como pauta os Direitos Humanos, a fim de desenvolver a evolução e o trazer a eles o conhecimento sobre Universalização dos direitos em um contexto de desigualdades.

Nos termos do Decreto no 7.037/2009, o Programa Nacional de Direitos Humanos — PNDH-3, considerando o aprofundamento em um dos seus eixos orientadores e suas diretrizes, é possível afirmar que:

- a) A Integração e ampliação dos sistemas de informações em Direitos Humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- b) A Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena efetivação é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- c) A efetivação das diretrizes e dos princípios da política nacional de educação em Direitos Humanos para fortalecer uma cultura de direitos é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- d) A promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- e) A transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal é uma diretriz que será estudada no treinamento.

07. Em 11 de Novembro de 2011 foi instituída a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição vigente, ou seja, 1988, durante esse período foi concedida a anistia àqueles que foram atingidos, em decorrência da motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares.

Assim, a fim de efetivar o direito à memória, à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, bem como examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante o regime militar, foi criada a mencionada comissão por meio da Lei nº 12.528/2011. Foram objetivos da Comissão Nacional da Verdade, EXCETO:

- a) Colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos.
- b) Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional.
- c) Promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.
- d) Promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior.
- e) Indiciar criminalmente os indivíduos que tenham violado os direitos humanos no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição vigente.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Antônio Daud*

08. Segundo disposto no Decreto 11.529/2023, devem ser objeto de divulgação no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal as seguintes informações, EXCETO:

- a) orçamento anual de despesas e de receitas públicas do Poder Executivo federal.
- b) licitações e as contratações realizadas pelo Poder Executivo federal.
- c) notas fiscais eletrônicas relativas às compras públicas.
- d) informações sobre os servidores públicos federais e sobre os militares, incluídos nome, detalhamento dos vínculos, remuneração e filiação a organização de caráter político.
- e) relação dos servidores da administração pública federal punidos com demissão, destituição ou cassação de aposentadoria.

09. Assinale a alternativa que CONTRARIA as regras legais sobre o Governo Digital (Lei 14.129/2021):

- a) O acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço, em que não há necessidade de mediação humana.
- b) Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente são considerados originais para todos os efeitos legais.
- c) No caso de indeferimento de abertura de base de dados, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 dias, contado de sua ciência.
- d) É dever dos órgãos públicos realizar todas as comunicações, as notificações e as intimações por meio eletrônico, visto que tal forma de comunicação caracteriza direito subjetivo do usuário de plataformas digitais.
- e) Qualquer informação de transparência ativa é de livre utilização pela sociedade, como regra geral.

DECRETO NO 1.171/1994; DECRETO NO 9.203*Tiago Zanolla*

10. Helena, uma servidora no departamento de atendimento ao público, sempre se preocupou em seguir as normas éticas estabelecidas pelo serviço público. Ela reflete sobre os princípios descritos no Código de Ética para melhorar constantemente seu desempenho. Qual das seguintes ações de Helena é considerada exemplar segundo os princípios éticos?

- a) Helena ocasionalmente permite que as filas de espera se acumulem enquanto faz pausas mais longas, acreditando que pequenos atrasos não afetam significativamente o bem-estar dos usuários.
- b) Helena utiliza recursos do departamento para fins pessoais, justificando que seu trabalho extenuante justifica pequenas compensações.
- c) Em sua vida pessoal, Helena evita qualquer comportamento que possa refletir negativamente em sua função pública, mantendo uma conduta exemplar tanto no trabalho quanto fora dele.
- d) Helena segue rigorosamente as ordens de seus superiores, mas opta por não reportar pequenas irregularidades que observa, para manter um ambiente de trabalho harmonioso.
- e) Helena prefere resolver os problemas dos usuários de maneira rápida, mesmo que isso signifique omitir algumas informações para não complicar o processo.

**TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS
USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO
ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO***Paolla Ramos*

11. Em 2013, Loomis foi condenado com auxílio do software COMPAS (Correctional Offender Management Profiling for Alternative Sanctions), um software privado, que funciona a partir de um algoritmo secreto, ao qual nem os juízes que o utilizam têm acesso. O software avaliou seu risco de reincidência e violência para determinar negativa de liberdade provisória e aumento da pena. A utilização de um algoritmo secreto em decisões judiciais levanta questões éticas e legais.

Com base no texto, entende-se que há um problema específico ligado à

- a) Transparência e explicabilidade algorítmica.
- b) Eficiência e velocidade do processo judicial.
- c) Conformidade do software com padrões internacionais de segurança.
- d) Capacidade do software de processar grandes volumes de dados.
- e) Interoperabilidade do software com outros sistemas judiciais.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE*Ricardo Torques*

12. O ECA (Lei 8.069/1990) estabelece ser direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Sobre o Direito à Convivência Familiar e Comunitária, é correto afirmar que:

- a) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 (doze) meses.
- b) Será vedada a convivência da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.
- c) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 2 (dois) meses.
- d) Pessoas jurídicas não podem apadrinhar criança ou adolescente.
- e) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

13. Considere o seguinte texto: *“Asas para Todos é um programa estratégico da ANAC criado para fomentar a diversidade, a inclusão, a capacitação e a formação aeronáutica na aviação civil brasileira. A iniciativa integra o rol de ações do pilar social da Política de Sustentabilidade da Agência e foi idealizada para ampliar a participação de todas as camadas da população no setor da aviação civil. As atividades são direcionadas a estudantes de baixa renda, mulheres, profissionais da área, passageiros e servidores da Agência”*. Um dos pilares do programa é o de “Mulheres na Aviação”. Segundo o programa, *“Hoje, no Brasil, apenas 3,2% dos pilotos são mulheres e pouco mais de 10% dos engenheiros do setor são do sexo feminino. A ANAC tem avançado nas iniciativas em prol da equidade no transporte aéreo, com a assinatura de acordos internacionais, e confirma esse compromisso por meio de projetos desenvolvimentos especificamente para esse público.”*

A respeito do tema diversidade e inclusão e com base nos excertos do texto supracitado, assinale a alternativa correta:

- a) Para a inclusão e a diversidade, basta o reconhecimento da igualdade formal.
- b) O referido programa viola a noção de igualdade, uma vez que privilegia as mulheres de forma indevida.
- c) O baixo índice das mulheres na aviação civil não justifica a criação do referido programa, sendo uma mera consequência dos méritos individuais.
- d) A Constituição Federal estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, de modo que o programa é violador de norma constitucional.
- e) O referido programa é exemplo de obrigação positiva especial voltada a proteção de grupo vulnerável.

14. O Decreto 7.053/2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Sobre a população em situação de rua, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de grupo populacional homogêneo.
- b) Para assim se caracterizarem, a utilização dos logradouros públicos como espaço de moradia deve ocorrer de forma permanente.
- c) Não compreende a utilização de áreas degradadas como espaço de moradia.
- d) Possuem em comum vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.
- e) Não há, no decreto, um conceito da população em situação de rua.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA.

André Rocha

15. Leia o texto a seguir para responder à questão.

“Com a aproximação da COP-30, sediada no Brasil, o governo brasileiro alcança o protagonismo na discussão ambiental e de sustentabilidade. Na sexta-feira (12) e no sábado (13), o Governo Federal organizou a segunda reunião do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20.

Representantes de 32 países e 18 organizações internacionais participaram de debates sobre adaptação climática e oceanos na sede do G20, em Brasília (DF).

Coordenado pelos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima e das Relações Exteriores, o GT busca incentivar a cooperação na agenda ambiental, encontrar soluções para a emergência climática e promover o desenvolvimento sustentável.

‘O desafio que se impõe, diante da difícil realidade da mudança do clima, da perda de biodiversidade e dos intensos processos de desertificação é o de uma atuação transversal e planejada, baseada em robusto e articulado pacto entre governos, setores produtivo, acadêmico, científico e a sociedade civil’, discursou a ministra Marina Silva na abertura do encontro’.

Fonte: Brasil coordena reunião do G20 sobre mudanças climáticas. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/brasil/855593/brasil-coordena-reuniao-do-g20-sobre-mudancas-climaticas?d=1>

Sobre desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, assinale a alternativa correta.

- a) A Agenda 2030 é um compromisso compulsório de cooperação internacional entre os países, os quais ficam sujeitos às sanções da Corte Internacional de Justiça em caso de descumprimento.
- b) O desenvolvimento sustentável busca a proteção do meio ambiente em detrimento da exploração econômica dos recursos naturais.
- c) O Brasil possui sua própria contribuição nacionalmente determinada a ser cumprida no âmbito do Acordo de Paris, a qual prevê que a redução das emissões de gases de efeito estufa em 48% até 2025, em relação às emissões de 2005.
- d) O conceito legal de mudança climática brasileiro diz respeito à mudança no estado do clima que pode ser identificada por meio de testes estatísticos e que pode ser devida a processos naturais internos ou forçamentos externos.
- e) Os principais gases de efeito estufa são o dióxido de carbono, o nitrogênio e o metano.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Herbert Almeida

- 16.** O Estado Alfa adotou os procedimentos para cobrança do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da sociedade de economia mista Gama, que pertence à União. Segundo o Estado, por se tratar de entidade de direito privado, não seria aplicável à empresa estatal o benefício da imunidade tributária recíproca.

A sociedade de economia mista Gama, contudo, informou que, por ser prestadora de serviços públicos, em regime de exclusividade, faz jus à imunidade tributária prevista na Constituição Federal.

Sobre o tema, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que:

- a) o argumento da empresa estatal não procede, tendo em vista que a imunidade tributária somente se aplica às entidades de direito público.
- b) todas as empresas estatais prestadoras de serviços públicos gozam de imunidade tributária recíproca.
- c) o argumento da sociedade de economia mista é procedente, desde que não ocorra distribuição de lucros entre os seus acionistas.
- d) a imunidade tributária recíproca aplica-se a todas as entidades da administração pública.
- e) em razão do princípio da indisponibilidade, o instituto da imunidade tributária é inconstitucional.

17. Jorge é servidor federal e foi demitido em processo disciplinar, por fato também previsto na legislação penal.

Inconformado com o andamento do processo e aplicação da pena, Jorge buscou ajuda de advogado, relatando os seguintes fatos: (i) a denúncia apresentada foi anônima; (ii) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar não fez exposição detalhada dos fatos imputados; (iii) ao longo do processo, a comissão processante pegou provas emprestadas produzidas no inquérito penal, mas que, a despeito da veracidade dos fatos apurados, foram coletadas de forma ilícita pela autoridade policial; (iv) a autoridade julgadora demorou quarenta dias para emitir a decisão do processo disciplinar; (v) a conduta que lhe foi imputada constava em artigo da Lei nº 8.112/1990 que previa a pena de demissão, mas Jorge pretendia questionar o mérito, alegando ter atuado como servidor exemplar ao longo da carreira, de modo que a sanção que lhe foi imposta foi desproporcional.

Considerando a situação hipotética acima e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o seu advogado respondeu corretamente que:

- a) É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa, independentemente de sua licitude, em razão do princípio da verdade material que prevalece no processo administrativo.
- b) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade, em virtude da presunção de prejuízo à defesa.
- c) Não é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, uma vez que o poder-dever de autotutela imposto à Administração não pode confrontar disposição expressa da Lei nº 8.112/1990, que exige que a denúncia seja identificada, nem a vedação constitucional ao anonimato.

d) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

e) A autoridade administrativa dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990, mas o juízo competente não pode anular a pena sob alegação de desproporcionalidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

18. Qual das seguintes alternativas NÃO representa uma função tradicional do governo na economia?

- a) Fornecimento de bens públicos, como defesa nacional e infraestrutura pública.
- b) Correção de falhas de mercado, incluindo externalidades negativas como a poluição.
- c) Distribuição de renda para promover a equidade social através de programas de assistência social.
- d) Regulação e supervisão de mercados financeiros para garantir estabilidade e transparência.
- e) Maximização dos lucros das empresas privadas através de intervenções diretas no mercado.

19. Qual das alternativas a seguir melhor descreve a função de estabilização macroeconômica realizada pelo governo na economia?

- a) Implementar políticas para controlar a oferta total de dinheiro na economia.
- b) Promover o desenvolvimento de setores específicos da economia, como tecnologia e energia renovável.
- c) Estabelecer monopólios estatais em indústrias-chave para garantir a eficiência do mercado.
- d) Regular exclusivamente o comércio internacional para balancear a balança comercial.
- e) Oferecer garantias de empréstimo para empresas privadas sem considerar os riscos econômicos.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO*Leandro Ravyelle*

20. A regulação nada mais é do que a ordenação das atividades econômicas. Assim, a regulação da atividade econômica e a neutralização dos fatores podem levar ao desequilíbrio de um sistema econômico, servindo, assim, para manter ou restabelecer o funcionamento do sistema econômico de modo equilibrado.

Acerca das funções econômicas do orçamento e da política fiscal no Governo brasileiro, assinale a alternativa incorreta

- a) Política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas
- b) A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços
- c) A função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda
- d) Os resultados da política fiscal podem ser avaliados sob diferentes ângulos, que podem focar na mensuração da qualidade do gasto público bem como identificar os impactos da política fiscal no bem-estar dos cidadãos
- e) Resultado fiscal primário é o resultado da diferença entre receitas e despesas primárias, acrescido do pagamento líquido de juros

EIXO TEMÁTICO 1**GESTÃO GOVERNAMENTAL***Elisabete Moreira*

21. Um determinado ministério do governo federal está elaborando seu planejamento estratégico, integrado as diretrizes do governo e vem se utilizando de diversas metodologias e ferramentas adaptadas da iniciativa privada, cada uma com suas especificidades, para determinar sua estratégia.

Quanto às metodologias/ferramentas, ela (s) est(á) ão adequadamente descrita (s) a seguir:

- a) a metodologia Balanced ScoreCard – BSC é direcionada para alinhar a estratégia ao operacional, visando a manutenção e integração dos diversos objetivos e indicadores estabelecidos.
- b) as metodologias Cinco Forças e Cadeia de Valor de Porter são direcionadas para a melhoria operacional.
- c) a estratégia reativa de Miles e Snow é uma ferramenta adotada em ambientes turbulentos, com eficiência comprometida.
- d) a estratégia de portfólio da Matriz BCG que atua em mercados com alto crescimento e baixa participação é denominada vaca leiteira.
- e) A estratégia de diferenciação de Porter tem como objetivo atuar no mercado com preços baixos e competitivos, visando obter vantagem competitiva.

22. Considere o texto a seguir:

O exercício das funções do poder Executivo é realizado através da administração direta e da administração indireta. A administração direta compreende a estrutura diretora ou gerencial da Presidência da República, dos ministérios e das secretarias de Estado, responsáveis por formular e implementar as políticas para os setores que representam. São encarregados, ainda, de estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos públicos.

Levando-se em consideração que um determinado ministério está elaborando um estudo de viabilidade, levantando informações e formalizando-as em um único documento, visando definir o novo produto, resultado do projeto, é correto afirmar que tal documento pode ser denominado.

- a) Plano de Iniciação do Projeto
- b) Termo Analítico do Projeto
- c) Plano de Gerenciamento do Projeto
- d) Estrutura Analítica do Projeto
- e) Termo de Abertura do Projeto

23. A análise da competição e a geração de valor exigem o uso de ferramentas de gestão que permitam a quantificação de resultados. A administração governamental inspirada nos modelos de gestão privada vem adotando diversos instrumentos adaptados à realidade pública, com vistas a prestar um serviço excelente, eficiente, eficaz e efetivo ao cidadão. Acerca dessas ferramentas de gestão, aponte a alternativa correta.

- a) A análise SWOT tem como objetivo integrar os recursos organizacionais à análise do ambiente externo, revendo os cenários desenhados, tornando-os obsoletos, para garantir a inovação.
- b) A metodologia OKR – Objectives and Key Results visa alinhar e engajar todos os colaboradores em torno de metas e resultados, que podem ser classificados em *baseline*, *milestone*, métricas positivas e negativas e *threshold*.
- c) A metodologia OKR - Objectives and Key Results utiliza predominantemente o modelo top-down, partindo do topo, para o devido alinhamento estratégico na consecução dos objetivos.
- d) Os indicadores estratégicos focam na proporção de recursos consumidos com relação às saídas dos processos, ou seja, são reconhecidos como indicadores de eficácia na medida em que são capazes de medir os resultados alcançados.
- e) A matriz GUT – gravidade, urgência e tendência, é uma ferramenta que pode ser utilizada para fomentar a criatividade e o surgimento de novas ideias.

GESTÃO DE RISCOS*Stefan Fantini*

- 24.** De acordo com o Decreto 9.203/2017, a “alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização no cumprimento da sua missão institucional, observados os seguintes princípios, EXCETO:
- a) implementação e aplicação de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada, subordinada ao interesse público.
 - b) integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais.
 - c) estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício.
 - d) utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança.
 - e) realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente, segundo os padrões de auditoria e ética profissional reconhecidos internacionalmente.

- 25.** De acordo com os conceitos da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1 de 2016, correlacione as colunas 1 e 2.

Coluna 1

- I – Risco
- II – Risco Inerente
- III – Risco Residual

Coluna 2

- A – possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos. O risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.
 - B – risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto.
 - C – risco a que uma organização está exposta após a implementação de ações gerenciais para o tratamento do risco;
- A correlação correta é:
- a) I-B, II-A, III-C
 - b) I-A, II-C, III-B
 - c) I-B, II-C, III-A
 - d) I-A, II-B, III-C
 - e) I-C, II-B, III-A

26. De acordo com os conceitos da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1 de 2016, é um dos objetivos da gestão de riscos:

- a) assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do órgão ou entidade, tenham acesso intempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso.
- b) aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, aumentando os riscos a níveis aceitáveis.
- c) agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.
- d) diminuir a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis.
- e) assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do órgão ou entidade, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, exceto para determinar questões relativas à delegação.

SUSTENTABILIDADE DAS CONTRATAÇÕES

André Rocha

27. Sobre aspectos de sustentabilidade nas contratações públicas, é correto afirmar que a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)

- a) possibilita margem de preferência tanto para bens reciclados quanto recicláveis.
- b) prioriza a preferência no desempate para empresas que forem certificadas pelo sistema ISO 14.001 (Sistema de Gestão Ambiental).
- c) prevê o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável como um dos princípios do processo licitatório.

d) atribui exclusivamente ao órgão público a responsabilidade por solicitar as licenças ambientais do empreendimento, quando aplicável.

e) é silente quanto ao cumprimento de legislação de natureza ambiental nas obras e serviços de engenharia.

CONTROLES INTERNOS E EXTERNOS E LGPD

Antônio Daud

28. Analise as seguintes situações:

- I. revogação de ato administrativo.
- II. homologação de procedimento licitatório.
- III. julgamento das contas pelo tribunal de contas.
- IV. investigações realizadas por comissão parlamentar de inquérito (CPI).
- V. ação por improbidade administrativa apresentada em face de gestor público.
- VI. ação popular.
- VII. anulação de procedimento administrativo no exercício da autotutela.

Pode-se afirmar que são instrumentos do controle administrativo APENAS aqueles mencionados nos itens:

- a) I e II.
- b) I, II e V.
- c) II e VII.
- d) I, II e VII.
- e) I e IV.

29. Assinale, à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), alternativa que NÃO menciona corretamente hipótese de tratamento de dados pessoais:

- a) proteção da incolumidade física de qualquer pessoa.
- b) cumprimento de obrigação regulatória pelo controlador dos dados.
- c) mediante fornecimento de consentimento não escrito que contém inequívoca manifestação de vontade do titular.
- d) quando necessário para atender aos interesses legítimos de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.
- e) em qualquer procedimento para tutela da saúde do titular dos dados.

30. O Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (CGRNCP), responsável por gerir o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a que alude a Lei 14.133/2021, é composto por:

- a) dois representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.
- b) dois representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pela Confederação Nacional de Secretários de Estado de Educação.
- c) sete representantes da União indicados pelo Ministro do Planejamento.
- d) cinco representantes da União indicados pelo Ministro da Fazenda.
- e) três representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.

EIXO TEMÁTICO 2

POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Jonathan Roitman

31. Conforme o DECRETO 10.534/2020, a Política Nacional de Inovação consiste em, exceto:

- a) No estabelecimento dos princípios, dos eixos, dos objetivos e das diretrizes de longo prazo que nortearão as estratégias, os programas e as ações do Governo federal que visam ao incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento no setor produtivo, para promover o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira
- b) Na instituição do referencial para identificar, priorizar e alinhar as iniciativas e as políticas de fomento à inovação do Governo federal e para orientar a formulação de medidas novas de fomento e de apoio à inovação
- c) Na estruturação de governança interministerial para articular, orientar, priorizar e acompanhar a ação governamental no fomento e no apoio à inovação
- d) No arcabouço político-jurídico de proteção à inovação, processo gerenciado pelo alto escalão governamental e destinado a garantir que o inventor receba todos os valores ajustados quando do licenciamento e concessão de propriedade intelectual
- e) No estabelecimento de diretrizes para monitorar e avaliar as políticas, os programas e as ações de fomento e de apoio do Governo federal à inovação

**LEGISLAÇÃO SOBRE DIREITOS AUTORAIS,
PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL
E PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO DE
INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS, LETRA DE
CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE
CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE
CRÉDITO BANCÁRIO. LEI Nº 10.931/2004 E
ALTERAÇÕES**

Cadu Carrilho

32. Em relação à Cédula de Crédito Bancário, Patrimônio de Afetação e Títulos Imobiliários, analise os itens:

- I - A critério do incorporador, a incorporação deverá ser submetida ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ela vinculados, manter-se-ão apartados do patrimônio do incorporador e constituirão patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes.
- II - A Letra de Crédito Imobiliário poderá ser emitida sob a forma escritural, por meio do lançamento em sistema eletrônico do emissor, e deverá ser registrada ou depositada em entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil a exercer a atividade de registro ou de depósito centralizado de ativos financeiros.
- III - A Cédula de Crédito Imobiliário será emitida pelo credor do crédito imobiliário e poderá ser integral, quando representar a totalidade do crédito, ou fracionária, quando representar parte dele, não podendo a soma das Cédulas de Créditos Imobiliário fracionárias emitidas em relação a cada crédito exceder o valor total do crédito que elas representam.
- IV - A Cédula de Crédito Bancário é título de crédito emitido, por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.

Estão corretos os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) apenas I e II.
- d) apenas I e III.
- e) apenas a IV.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Nicolle Fridlund

33. O Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA atua como órgão regulamentador e fiscalizador das indústrias de produtos de origem animal no âmbito federal. Para a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, a base legal utilizada consta no DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. Sobre a inspeção de produtos de origem animal em estabelecimentos registrados no MAPA, leia as afirmativas abaixo e depois marque a alternativa correta:

- a) A inspeção e a fiscalização de estabelecimentos de produtos de origem animal que realizem o comércio municipal ou interestadual são de competência do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA e do Serviço de Inspeção Federal - SIF, vinculado ao MAPA, enquanto que para comércio internacional há necessidade de equivalência com o SUASA.
- b) A inspeção federal em caráter permanente consiste na presença do serviço oficial de inspeção para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização nos estabelecimentos registrados ou relacionados que realizam o comércio internacional.
- c) Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em abatedouro frigorífico; unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos e entreposto de produtos cárneos.
- d) Os serviços de inspeção federal localizados nos estabelecimentos de produtos de origem animal devem dispor de programas de autocontrole desenvolvidos, implantados, mantidos, monitorados e verificados por eles mesmos, contendo registros sistematizados e auditáveis que comprovem o atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos estabelecidos, com vistas a assegurar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos,

desde a obtenção e a recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos, até a expedição destes.

- e) Nos casos de resultados de análises fiscais que não atendam ao disposto na legislação, o SIF notificará o interessado dos resultados analíticos obtidos e adotará as ações fiscais e administrativas pertinentes, sendo facultado ao interessado requerer ao SIF a análise pericial da amostra de contraprova, nos casos em que couber, no prazo de quarenta e oito horas, contado da data da ciência do resultado.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E RESOLUÇÕES CONAMA

André Rocha

- 34.** Assinale a alternativa incorreta acerca da legislação ambiental em vigor no Brasil.
- a) Um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente é a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes.
 - b) A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
 - c) O licenciamento ambiental de uma atividade desenvolvida na zona econômica exclusiva é realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
 - d) Uma das circunstâncias que agravam a pena dos crimes ambientais é a infração ser cometida em sábados, domingos ou feriados.
 - e) As licitações para concessão florestal serão realizadas na modalidade concorrência e outorgadas a título oneroso.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL*Paulo Sousa*

35. De acordo com a Lei 5.868/72, para fins de transmissão, a qualquer título, nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em área de tamanho inferior à do módulo calculado para o imóvel ou da fração mínima de parcelamento, prevalecendo a de menor área, exceto:
- a) os casos em que a alienação da área se destine comprovadamente a sua anexação ao prédio rústico, confrontante, desde que o imóvel do qual se desmembre permaneça com área igual ou superior à fração mínima do parcelamento.
 - b) o imóvel rural que tenha sido incorporado à zona urbana do Estado.
 - c) os imóveis rurais cujos proprietários sejam enquadrados como agricultor familiar, desde que a renda mensal não seja superior a 20 salários-mínimos.
 - d) a emissão de concessão de direito real de uso ou título de domínio em programas de regularização fundiária de interesse social em áreas rurais, exceto as situadas na Amazônia Legal.
 - e) os casos em que a alienação da área se destine comprovadamente a sua anexação ao prédio rústico, confrontante, sem exceções.

LEI Nº 12.111/2009 E ALTERAÇÕES (DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA NOS SISTEMAS ISOLADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)*Thais Martins*

36. Qual é a exigência principal imposta pela Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, às concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de distribuição de energia elétrica nos Sistemas Isolados?
- a) Contratação direta de energia elétrica por meio de acordos bilaterais.
 - b) Realização de leilões específicos para energia solar e eólica.
 - c) Atendimento à totalidade dos mercados por meio de licitação.
 - d) Compra de energia elétrica apenas de empreendimentos autorizados antes de 30 de julho de 2009.
 - e) Contratação de energia elétrica diretamente com o Ministério de Minas e Energia.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO*Núbia Ferreira*

37. Promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana é objetivo do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10257/2001). Segundo essa legislação, a propriedade urbana cumpre sua função social quando:
- a) possuir área mínima de 125m² e frente mínima de 5 metros.
 - b) for de propriedade do Poder Público.
 - c) atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
 - d) for destinada à implantação de equipamentos públicos de uso social.
 - e) estiver localizada próxima a áreas com infraestrutura urbana.

REGIME DE CONCESSÃO E PERMISSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI Nº 8.987/1995 E ALTERAÇÕES) E NORMAS PARA OUTORGA E PRORROGAÇÕES DAS CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI Nº 9.074/1995 E ALTERAÇÕES)

Herbert Almeida

38. Em relação à política tarifária das concessões e permissões de serviços públicos, nos termos da Lei nº 8.987/1995, assinale a opção correta:

- a) a tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação, vedada a revisão no curso do contrato.
- b) a tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e sempre terá sua cobrança condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.
- c) caso alguma alteração contratual leve ao desequilíbrio da equação econômico-financeira, o poder concedente deve restabelecer o equilíbrio em momento concomitante à alteração.
- d) a concessionária deverá licitar para utilizar os recursos decorrentes das tarifas pagas pelos usuários dos serviços públicos.
- e) em obediência ao princípio da isonomia, é vedado o estabelecimento de tarifas diferenciadas em função de características técnicas.

LEI Nº 9.427/1996 E ALTERAÇÕES

Mariana Moronari

39. Conforme a Lei nº 9.427/1996, assinale a alternativa incorreta acerca das atribuições, da organização e das receitas da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

- a) Compete à ANEEL promover, mediante delegação, com base no plano de outorgas e diretrizes aprovadas pelo Poder Concedente, os procedimentos licitatórios para a contratação de concessionárias e permissionárias de serviço público para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e para a outorga de concessão para aproveitamento de potenciais hidráulicos.
- b) Compete à ANEEL estabelecer tarifas para o suprimento de energia elétrica realizado às concessionárias e às permissionárias de distribuição.
- c) Compete à ANEEL aprovar as regras e os procedimentos de comercialização de energia elétrica, contratada exclusivamente na forma regulada.
- d) O processo decisório que implicar afetação de direitos dos agentes econômicos do setor elétrico ou dos consumidores, mediante iniciativa de projeto de lei ou, quando possível, por via administrativa, será precedido de audiência pública convocada pela ANEEL.
- e) Constitui receita da Agência Nacional de Energia Elétrica os recursos oriundos da cobrança da taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica.

LEGISLAÇÃO RELATIVA À ENERGIA ELÉTRICA (LEIS Nº 10.438/2002, 10.848/2004, 12.111/2009 E 12.783/2013)

Nick Simonek

40. A Constituição Federal de 1988 define que a outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estarão subordinadas ao Plano Nacional de Recursos Hídricos. Quanto ao uso desses recursos ligados à produção de energia elétrica, existem dois tipos de outorga. Em primeiro lugar, a outorga para o uso de recursos hídricos, que serão colocados em depósitos ou reservatórios, será efetivada por autoridade indicada pelo poder executivo federal ou dos estados. Em segundo lugar, a utilização do recurso hídrico como potencial hidráulico dependerá da outorga da(o)

- a) Agência Nacional de Águas – ANA.
- b) Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- c) Empresa de Pesquisa Energética – EPE.
- d) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- e) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

EIXO TEMÁTICO 3

GESTÃO AMBIENTAL E TEMAS CORRELATOS

André Rocha

41. A norma ABNT NBR ISO 14031:2015 estabelece um processo chamado de avaliação de desempenho ambiental (ADA), que permite que as organizações possam medir, avaliar e comunicar o seu desempenho ambiental por meio de indicadores-chave de desempenho (ICD), com base em informações confiáveis e verificáveis.

Considerando-se o conteúdo dessa norma, verifica que

- a) A ADA não se aplica a pequenas empresas, pois se destina a apoiar um sistema da gestão ambiental (SGA) em grandes empresas, isto é, aquelas com mais de 5.000 funcionários.
- b) Um indicador de desempenho gerencial (IDG) é um indicador de desempenho ambiental que fornece informações sobre atividades de gestão que influenciam o desempenho ambiental de uma organização.
- c) A norma ABNT NBR ISO 14031:2015 estabelece diversos níveis de desempenho ambiental a serem alcançados pelas organizações.
- d) Conexões diretas dos Indicadores de condições ambientais (ICA) com as operações das organizações são as mais evidentes de serem observadas nas organizações.
- e) Os princípios da Avaliação de desempenho ambiental são: relevância; integralidade; intermitência e precisão; e transparência.

42. A teoria econômica do Meio Ambiente assume que os recursos da biodiversidade possuem alguns valores associados aos seus atributos e serviços gerados. Esses valores são separados em alguns componentes, que, somados, geram o Valor Econômico do Recurso Ambiental (VERA). Sobre esses componentes, um exemplo de valor de

- a) uso direto é aquele relacionado à polinização promovida por diversas espécies e que permite o plantio de diversas culturas agrícolas.
- b) uso indireto é aquele relacionado ao plantio de culturas agrícolas diversas e que serão utilizadas para alimentação de uma comunidade.
- c) opção é aquele relacionado a algum uso futuro, direto ou indireto, que se pode fazer de um determinado recurso ambiental.
- d) existência é aquele relacionado ao uso do recurso ambiental apenas após o fim do seu ciclo de vida, ou seja, de sua existência.
- e) não uso é aquele relacionado à opção de manter o recurso intacto na presente geração para eventual uso futuro.

43. Dentro de um procedimento de licenciamento ambiental, a audiência pública referida na Resolução Conama nº 1/86 tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA), dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.

Sobre a audiência pública, é correto afirmar que

- a) O Órgão de Meio Ambiente, a partir da data do recebimento do RIMA, deve fixar em edital e anunciar pela imprensa local a abertura do prazo, que será no mínimo de 50 dias, para solicitação de audiência pública.
- b) A audiência pública deve ser dirigida pelo representante do empreendedor, que, após a exposição objetiva do projeto e o seu respectivo RIMA, abrirá as discussões com os interessados presentes.
- c) A audiência pública deverá ocorrer em Brasília, capital federal.
- d) O órgão do meio ambiente deve realizar audiência pública sempre que 45 cidadãos ou mais solicitarem.
- e) No caso de haver solicitação de audiência pública e na hipótese do Órgão Ambiental não realizá-la, a licença não terá validade.

44. Mudança do clima é a mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

No Brasil, a Lei nº 12.187/2009 institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e estabelece seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos.

Constituem princípios da PNMC, exceto:

- a) Prevenção.
- b) Prevenção.
- c) Participação cidadã.
- d) Desenvolvimento sustentável.
- e) Poluidor-pagador.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

Cadu Carrilho

45. Nos termos previstos na Lei 9279, marque a opção que apresenta a descrição de algo pode ser patenteado:

- a) descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos e concepções puramente abstratas.
- b) esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários, de sorteio e de fiscalização.
- c) o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.
- d) As obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas ou qualquer criação estética e os programas de computador em si.
- e) técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal.

ENERGIA E TEMAS CORRELATOS

Mariana Moronari

46. Com relação aos direitos e deveres dos usuários dos serviços de energia elétrica, julgue os itens subsequentes e assinale a alternativa que contempla apenas os itens corretos.

I- A Resolução Normativa da Aneel nº 1.000/2021 estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, nas quais estão dispostos os direitos e deveres do consumidor e demais usuários do serviço.

II- Se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção por razões de ordem técnica ou de segurança em instalações do consumidor e demais usuários.

III- Um dos principais direitos do consumidor responsável por unidade consumidora do Grupo B é receber um serviço adequado, que satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

- a) I.
- b) II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) II e III.

47. Com relação ao regime de preços e tarifas dos vários segmentos do setor elétrico e as respectivas disposições da REN nº 1.000/2021 sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

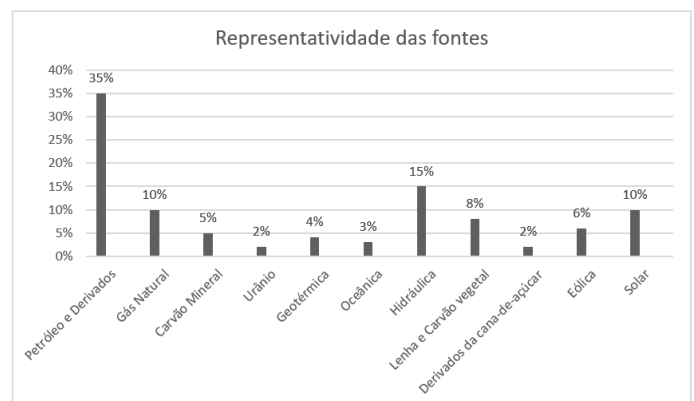
- a) A modalidade tarifária convencional é vedada para unidade consumidora das subclasses baixa renda da classe residencial e da classe iluminação pública.
- b) Grupo B (baixa tensão) é o grupamento composto de unidades consumidoras com conexão em tensão menor que 2,3 kV.

c) Modalidade tarifária é definida como o conjunto de tarifas aplicáveis exclusivamente à componente de consumo de energia elétrica.

d) A unidade consumidora do grupo B deve ser enquadrada na modalidade tarifárias horária branca de forma compulsória e automática para todas as unidades consumidoras.

e) A unidade consumidora do grupo A deve ser enquadrada na modalidade tarifária horária verde no caso de tensão de conexão maior ou igual a 69 kV.

48. Considerando-se o gráfico abaixo, que informa a representatividade de cada fonte primária de energia da matriz energética do país Alfa, assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, o percentual de fontes de energia renováveis e não renováveis do país.



- a) 48% e 52%
- b) 40% e 60%
- c) 47% e 53%
- d) 58% e 42%
- e) 50% e 50%

49. Com relação às noções de geração de energia elétrica baseada em fontes renováveis e não renováveis de energia, assinale a alternativa correta.

- a) A região que mais se destaca na produção de energia elétrica por meio da fonte solar no Brasil é a região Norte devido à maior proximidade com a linha do equador.
- b) A capacidade instalada correspondente à fonte eólica estagnou nos últimos anos devido aos altos custos das turbinas eólicas.
- c) Com relação à energia oceânica, apenas a energia proveniente das marés (maremotriz) é aproveitável para a produção de energia elétrica.
- d) As centrais termoelétricas utilizam como fonte primária de energia apenas fontes classificadas como não renováveis para a produção final de energia elétrica.
- e) A principal característica das usinas hidroelétricas a fio d'água é a não utilização de reservatórios de acumulação de água para regularizar as vazões.

SERVIÇO PÚBLICO

Herbert Almeida

50. A União delegou a prestação de serviços públicos para a sociedade empresária Bravo. O contrato de concessão consistia na realização de obras de duplicação de rodovia federal, em conjunto com a operação e a manutenção da rodovia. Entretanto, em virtude de dívidas que contraíra, o controle societário da sociedade empresária Bravo foi transferido para a sociedade empresária Alfa, que assumiu o controle de todas as operações, inclusive da concessão da rodovia federal.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a medida é:

- a) inconstitucional, uma vez que a modificação do particular contratado implica burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos.
- b) inconstitucional, pois a identidade do particular contratado guarda relação com o princípio da impessoalidade, que fundamenta as ações do poder público.
- c) inconstitucional, pois a Constituição Federal expressamente define que a concessão e a permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de licitação.
- d) constitucional, desde que a anuência seja concedida mediante autorização legislativa específica.
- e) constitucional, pois é a proposta mais vantajosa que vincula a administração e, mantidos os seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automaticamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação.

EIXO TEMÁTICO 4
PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS
Guilherme Venturim

51. O cronograma físico-financeiro a seguir é resultado das atividades de planejamento e orçamento elaboradas pela equipe de engenharia do município de Serravalle/MG para a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO							
N°	Serviço	Custo Total	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5
1	Serviços Preliminares	R\$ 50.000,00	60%	40%			
2	Fundações	R\$ 100.000,00	20%	60%	20%		
3	Estruturas	R\$ 200.000,00			60%	40%	
4	Alvenaria	R\$ 80.000,00			10%	80%	10%
5	Cobertura	R\$ 120.000,00				30%	70%

Apesar das diversas políticas de incentivo à saúde, a gestão municipal vem enfrentando uma drástica queda no repasse de recursos financeiros advindos da União. Neste contexto, de modo a não prejudicar o andamento das obras, qual deve ser a reserva do município para as medições do terceiro mês de obra?

- a) R\$ 500.000,00
- b) R\$ 246.000,00
- c) R\$ 136.000,00
- d) R\$ 110.000,00
- e) R\$ 150.000,00

52. O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) é uma referência importante para o orçamento de obras públicas no Brasil, fornecendo dados sobre custos unitários de materiais, mão de obra e equipamentos para o cálculo de custos diretos e indiretos em projetos de construção civil. Sobre os custos indiretos, é correto afirmar que:

- a) são expressos como um percentual sobre o custo direto da obra, variando de acordo com diversos

fatores, como o tipo de obra, a região geográfica, as condições do mercado, entre outros.

- b) são os custos relacionados diretamente à execução da obra, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos e serviços específicos utilizados na construção.
- c) podem ser atribuídos de forma precisa a um determinado serviço, item ou etapa da obra.
- d) envolvem despesas administrativas e operacionais da empresa durante a execução da obra, como aluguel de escritório central, salários da equipe administrativa, impostos, seguro, energia elétrica, água, telefone, entre outros.
- e) são os custos relacionados ao suporte e à administração da obra, que não podem ser atribuídos diretamente a um serviço específico, mas que são necessários para o andamento da construção.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS
Felipe Canella

53. A norma ABNT NBR ISO 9001:2015 estabelece os requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade nas organizações. Uma das etapas primordiais está relacionada com o projeto e desenvolvimento de produtos e serviços, na qual há a necessidade de a organização analisar criticamente e controlar as mudanças que são feitas durante o projeto. Essas mudanças exigem a retenção das seguintes informações documentadas sobre, exceto:

- a) as mudanças de projeto e desenvolvimento.
- b) a autorização das mudanças.
- c) os resultados de análises críticas.
- d) os requisitos de entrada do projeto.
- e) as ações tomadas para prevenir impactos adversos.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS*Andressa Lisboa*

54. A tecnologia BIM (Building Information Modeling ou Modelagem de Informação da Construção) é um conceito que envolve a modelagem das informações de um edifício, criando um modelo digital integrado de todas as disciplinas. Sobre essa metodologia, assinale a alternativa correta.
- I. Trabalha com softwares que modelam e gerenciam apenas dados gráficos, permitindo a geração automática de desenhos.
- II. É capaz de contribuir na integração dos processos a partir da eliminação de ineficiências e redundâncias, aumentando a colaboração e comunicação a fim de garantir melhores resultados de produtividade com menor custo e redução de tempo de projeto.
- III. O Autodesk Revit é um software proprietário da desenvolvedora Autodesk, assim como o Graphisoft Archicad, da desenvolvedora Graphisoft. Ambas as ferramentas trabalham com modelagem paramétrica.
- IV. A modelagem por meio de ferramentas BIM permite a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de uma construção, integrando, de modo colaborativo, dados estruturados interdisciplinares. Mas impossibilita a gestão da informação durante todo o ciclo de vida do empreendimento.

Estão corretas, somente:

- a) I, II e III
b) I e II
c) II
d) III
e) II e III

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA*André Rocha*

55. Leia o texto a seguir para responder à questão 55.

“O saneamento é o segmento de infraestrutura no Brasil que desperta o maior interesse para investimentos no setor privado, superando energia e rodovias, por exemplo. Segundo levantamento feito pela consultoria EY, em parceria com a Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), 61,5% dos empresários indicam o setor como a área que deve receber o maior aporte de recursos nos próximos 3 anos. O saneamento está consolidado na liderança do ranking de perspectivas para investimentos desde o 2º semestre de 2019. Contudo, nos últimos 2 anos, houve um aumento percentual das intenções de investimento nesse setor. O relatório indica que o aumento na percepção é justificado pelas políticas públicas conduzidas nos últimos anos para incentivar a universalização do acesso ao saneamento básico, em especial do Novo Marco do Saneamento.”

Disponível em: Saneamento desperta maior interesse de investidores, diz pesquisa Disponível em:
<https://www.poder360.com.br/infraestrutura/saneamento-desperta-maior-interesse-de-investidores-diz-pesquisa/>, 28/01/2024.

Sobre as Políticas Públicas relacionadas à Infraestrutura, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os serviços públicos de saneamento básico de interesse local são as funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único Município ou a um consórcio de municípios contíguos.
- b) Os serviços públicos de saneamento básico devem ser prestados com base no princípio fundamental de integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.
- c) O poder público pode instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

- d) São infraestruturas de mobilidade urbana, entre outras, vias, ciclovias, estacionamentos e a sinalização de trânsito.
- e) Numa barragem, o trecho do vale a jusante da barragem em que não haja tempo suficiente para intervenção da autoridade competente em situação de emergência é conhecido como zona de autossalvamento.

**POLÍTICA NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO, DE
TRANSPORTES E DA HABITAÇÃO,
ESTATUTO DAS CIDADES**

Núbia Ferreira

56. Os Objetivos do Desenvolvimento Urbano Sustentável (ODUS) são considerados essenciais para a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Indique, a seguir, a alternativa que NÃO representa um dos objetivos.
- a) Cidade Inteligente.
- b) Cidade para todas as gerações.
- c) Moradia digna, segura e bem localizada.
- d) Cidade protagonista da ação climática.
- e) Trabalho decente e crescimento econômico.

**LEI NO 11.488/2007 E ALTERAÇÕES (CRIA O
REGIME ESPECIAL DE
INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO
DA INFRAESTRUTURA – REIDI)**

Arthur Conde

57. Com base no disposto na Lei nº 11.448/2007 – REIDI, assinale a alternativa correta:
- a) A pessoa física que deseja aderir ao Reidi terá isenção de Contribuição do PIS/PASEP e COFINS somente nas transações envolvendo o mercado interno.
- b) Os benefícios que o Reidi concede podem ser usufruídos, tanto para vendas/aquisições no mercado interno, quanto nas importações, pelo prazo de 10 (dez) anos.
- c) A adesão ao Reidi somente é permitida para a aprovação de um único projeto aprovado, mesmo que seja uma Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa.
- d) No caso de venda ou importação, a suspensão da exigência estabelecida no Reidi se estende para aluguel de maquinários, aparelhos, instrumentos e equipamentos para utilização em obras de infraestrutura quando contratado por pessoa jurídica beneficiária.
- e) As empresas que já tenham projeto em andamento de construção de infraestrutura nas áreas delimitadas do REIDI podem aderir ao programa e terão seus abatimentos da não exigência tributária em uma única parcela, não possuindo escolha quanto ao prazo de abatimento desses créditos, ainda que seja Microempresa.

**INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA:
DESENVOLVIMENTO DA**

**INFRAESTRUTURA; COMPARTILHAMENTO
DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO E
TRANSMISSÃO; DECLARAÇÃO DE
UTILIDADE PÚBLICA – DUP**

Mariana Moronari

58. Acerca da infraestrutura de energia elétrica, do seu compartilhamento e da declaração de utilidade pública associada, julgue os itens a seguir.

I- A REN 1.044/2022 dispõe sobre os procedimentos para o compartilhamento de infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica exclusivamente como meio de suporte para instalação de equipamentos de terceiros.

II- Cabe ao Poder Concedente, declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.

III- A remuneração das distribuidoras de energia elétrica orientada a custos e a redução de custos para os usuários dos setores de telecomunicações e de energia elétrica são princípios da Política Nacional de Compartilhamento de Postes- Poste Legal.

Assinale a alternativa que contempla apenas os itens corretos.

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) II e III.

ACESSIBILIDADE

Ricardo Torques

59. Os produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social são conceituados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência como:

- a) Desenho universal:
- b) Tecnologia assistiva.
- c) Adaptações razoáveis.
- d) Acessibilidade
- e) Barreiras

ACESSIBILIDADE

Núbia Ferreira

60. De acordo com a NBR 9050 — Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, a área com acesso direto para uma saída, destinada a manter em segurança pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, enquanto aguardam socorro em situação de sinistro, é denominada:

- a) Área de descanso
- b) Área de transferência.
- c) Área de refúgio.
- d) Área de aproximação.
- e) Área de circulação

EIXO TEMÁTICO 5**ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E
GEOPROCESSAMENTO***Monik Begname*

61. Qual o método de posicionamento que se baseia no fato de que a solução do vetor de ambiguidades, presente numa linha base a determinar, requer que a geometria envolvida entre as estações e os satélites se altere. E, portanto, devem-se então coletar os dados pelo menos duas vezes em curtos períodos na mesma estação.

- a) Absoluto.
- b) Relativo semicinemático.
- c) Relativo estático rápido.
- d) Relativo cinemático em tempo real.
- e) Ponto preciso.

62. A série Landsat é o programa orbital de imageamento contínuo mais antigo. Suas imagens vêm dando suporte a muitos estudos e a mapeamentos multitemporais em mesoescala no mundo todo.

Em relação à série Landsat, considere as afirmativas a seguir.

- I - A área abrangida pelo pixel de uma banda espectral do OLI é de $30m^2$.
- II - A banda pancromática do Landsat 8 possui resolução espacial maior que suas bandas espectrais.
- III - O satélite Landsat-8 OLI opera com nove bandas espectrais.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

63. Sobre projeções cartográficas e suas propriedades, analise as afirmativas.

- I. As projeções cartográficas podem ser classificadas quanto à localização do ponto de vista em: gnômica ou central, estereográfica e ortográfica.
- II. As projeções podem ser classificadas em conforme, equivalentes, equidistantes e afiláticas, dependendo das propriedades geométricas presentes na relação globo terrestre/mapa-múndi.
- III. As projeções podem ser classificadas em plana, cilíndrica e cônica quanto à posição da superfície de projeção.
- IV. Quanto ao tipo de contato entre as superfícies de projeções de referência as projeções podem ser classificadas em tangentes e secantes.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) II e III apenas.

64. Analise os conceitos a seguir:

- I. A altitude ortométrica é a distância entre a superfície física e a geoidal, observada na vertical do lugar.
- II. A altitude geométrica de um ponto é a distância desse ponto ao Elipsoide, contada ao longo da Normal.
- III. O datum vertical ou altimétrico é a superfície de referência usada para definir as altitudes de pontos da superfície terrestre. No Brasil, atualmente tem-se como referência o marégrafo de Imbituba/SC.

Quais estão corretos?

- a) Apenas I.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

65. Em um dado projeto foi aplicado o geoprocessamento ao planejamento urbano e optou-se por utilizar a base cartográfica na escala 1:15.000, a qual permite uma precisão máxima, em metros, de

- a) 3
- b) 4
- c) 6
- d) 10
- e) 20

ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E GEOPROCESSAMENTO

Alexandre Vastella

66. No Brasil, verificam-se recentes transformações ocorridas nas relações entre os territórios urbanos, bem como no perfil demográfico, produtivo e funcional dos municípios. Além das áreas de concentração de população, o IBGE também identifica os chamados arranjos populacionais, agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional, assim como municípios isolados, com população superior a 100 mil habitantes, que, juntos, conformam concentrações urbanas. O Ipea define aglomerações urbanas como aquelas “formadas por áreas urbanizadas integradas – logo funcionalmente complementares” e que podem ser constituídas por espaços urbanizados contínuos e descontínuos. Constatam-se mudanças na morfologia urbana, apoiadas no predomínio do automóvel, nas tecnologias de informação e na localização de empresas e moradias em locais mais distantes, que vêm provocando uma “metropolização expandida”, ou seja, uma expansão territorial metropolitana que resulta em mudança completa na estrutura, forma e função das metrópoles.

MOURA, R.; PÊGO, B. Aglomerações urbanas no Brasil e na América do Sul: trajetórias e novas configurações. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 8. (Texto para Discussão n. 2.203). Adaptado.

Essa metropolização expandida é comprovada pela configuração de:

- a) capitais regionais que controlam os movimentos pendulares.
- b) cidades conurbadas que respondem por forte rede de fluxos.
- c) centros locais que atendem à expansão da fronteira agrícola.
- d) cidades médias que apresentam decrescimento demográfico.
- e) metrópoles nacionais que inibem a segregação socioespacial.

67. Existe um conceito geográfico cuja denominação se prende ao fato de ser utilizada para descrever a porção do espaço ocupado por uma pessoa, grupo ou Estado. Quando associado ao Estado, esse conceito adquire duas conotações específicas. A primeira tem a ver com a soberania, quando um Estado reclama o controle legítimo exclusivo sobre uma área geográfica determinada, com limites definidos. A segunda se refere à área que não está totalmente integrada na vida política de um Estado, como a porção setentrional da Austrália. Trata-se de um espaço apropriado ou controlado por um indivíduo ou grupo social, além de se constituir como o conceito-chave da geografia política.

JOHNSTON, R. et al. Dicionário Akal de Geografia Humana. Madri: Akal, 2000. p. 562. Adaptado.

A descrição acima define o conceito geográfico de

- a) Sítio
- b) Lugar
- c) Posição
- d) Território
- e) Paisagem

68. Existem basicamente duas estruturas para armazenar e representar dados espaciais em um sistema de informação geográfica.

A estrutura que promove um processamento mais rápido e eficiente de algoritmos de análises espaciais e que facilita simulações e modelagens é denominada

- a) vetorial.
- b) matricial.
- c) topológica.
- d) triangular.
- e) poligonal.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

69. Uma população em uma certa região se encontra dividida em três estratos, com tamanhos, $N_1 = 128$, $N_2 = 192$ e $N_3 = 96$. Ao se realizar uma amostragem estratificada proporcional, 16 elementos da amostra foram retirados do primeiro estrato. Indique qual o número total de elementos da amostra.

- a) 36
- b) 48
- c) 52
- d) 64
- e) 72

70. Através de uma amostra de 100 servidores de determinado órgão, estimou-se um salário médio amostral de R\$ 4.000,00. Dessa forma, o intervalo de confiança para o salário médio de todos os servidores foi $4.000,00 \pm 160,00$, com um certo grau de confiança. Se tivéssemos obtido o mesmo dado amostral com uma amostra de 400 servidores, o intervalo de confiança (com o mesmo grau de confiança) seria dado por:

- a) $4.000,00 \pm 80,00$
- b) $4.000,00 \pm 70,00$
- c) $4.000,00 \pm 60,00$
- d) $4.000,00 \pm 50,00$
- e) $4.000,00 \pm 40,00$

Discursiva

Accountability: já podemos traduzi-la para o português?

Vinte anos se passaram desde que Anna Maria Campos expôs sua angústia sobre a ausência do conceito e, conseqüentemente, de uma palavra que, no dicionário da língua portuguesa, traduzisse com perfeição o significado de accountability. Na oportunidade, a estudiosa indicou que a possibilidade de tornar a administração pública brasileira accountable estava diretamente relacionada às chances das seguintes ocorrências, as quais, como podem ser verificadas, guardam certa interdependência e estão diretamente relacionadas à democracia:

- a) Organização dos cidadãos para exercer o controle político do governo.
- b) Descentralização e transparência do aparato governamental.
- c) Substituição de valores tradicionais por valores sociais emergentes (Campos, 1990:48). [...]

Claro está, portanto, que [...] não existe um termo único em português que defina a palavra accountability, havendo que trabalhar com uma forma composta. Buscando uma síntese, accountability encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva.

Fonte: retirado de PINHO, José Antônio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 43, nº 6, Dec. 2009.

No Brasil temos alguns marcos legais que vão ao encontro do conceito de accountability. Como principais podemos citar a Constituição Federal de 1988, a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 e,, mais recentemente, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante desses marcos importantes na história democrática brasileira, elabore um texto dissertativo relacionando os mecanismos de controle da accountability à moderna administração pública mencionando, necessariamente, os seguintes itens:

- sua definição;
- seus tipos;
- situação da accountability no Brasil.

Resposta em até 45 linhas.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
